

Nota dos estudantes de Antropologia da UFRN em relação ao decreto de reestruturação da FUNAI e em apoio ao movimento indígena de ocupação da CTL/Natal

Nós, discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGAS/UFRN, nos manifestamos em apoio aos povos indígenas do estado neste momento de ativa luta política, em que a resistência indígena se levanta contra o desmonte da FUNAI e se coloca na linha de frente para impedir e reverter políticas antidemocráticas do governo federal. Em resposta ao Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, que acarreta tal reestruturação, diversos indígenas do RN ocuparam o prédio da CTL em Natal, única Coordenação da FUNAI até então existente no estado, e divulgaram seu posicionamento contra o decreto autocrático do atual governo.

Como os povos do RN nos esclarecem, tais políticas visam a uma reestruturação da Fundação Nacional do Índio, reestruturação que encobre uma política de descaso com as populações tradicionais do país, cortes de investimentos em políticas sociais e fechamento de diversas Coordenações Técnicas Locais, responsáveis pela relação direta com as aldeias e também pela implementação das políticas públicas devidas a esses povos. Nos manifestamos preocupados e surpresos com o fechamento da coordenação da FUNAI em Natal, que acontece de maneira repentina, sem diálogo, configurando um enfraquecimento institucional e político de sua importância e atuação.

Manifestando-se publicamente em 31 de março de 2017, os povos das aldeias Sagi-Trabanda/Baía Formosa, Catu/Canguaretama-Goianinha, Tapará/Macaíba-São Gonçalo do Amarante, Mendonças do Amarelão, Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha/João Câmara, Caboclos/Assú e Apodi, pertencentes às etnias Potiguara, Tapuia e Tapuia Paiacú, deixaram claros sua indignação e repúdio ao decreto e à política anti-indígena que vem sendo implementada, repúdio este que reforçamos.

Nós, antropólogos e pós-graduandos, muitos dos quais trabalhando diretamente com os povos acima mencionados, consideramos crucial nos posicionarmos em favor de justiça social, reconhecendo a legitimidade e relevância do movimento indígena e suas causas e direitos, bem como reconhecer seu arcabouço histórico de atuação civil e política no país. Ao observarmos os movimentos sociais e populares, como os encampados pelos povos indígenas do RN, mas também de todo o país, somos capazes junto com eles de vislumbrar alternativas a diversas crises políticas e institucionais que têm movimentado o Brasil nos últimos anos.

Defendemos ainda a importância e o protagonismo dos povos indígenas em se colocarem de maneira crítica e resistente diante das ameaças a seus direitos sociais conquistados a duras esforços, os quais são garantidos juridicamente pela Constituição de 1988 mas que têm sido ameaçados por manobras de interesse particular daqueles que deveriam zelar pela Carta Magna. A iniciativa dos povos indígenas do Rio Grande do Norte em se contraporem ao decreto nº 9.010, reafirmando sua importância nos processos decisórios que os envolvem diretamente, são exemplos de consciência histórica, política e também de atuação pública em situações democráticas, democracia esta em que ainda julgamos viver e para o fortalecimento da qual atuamos publicamente, como cidadãos, cientistas e profissionais da área de Antropologia.

Assim, afirmamos o nosso apoio à luta indígena dos povos do RN, portanto, e à resistência dos movimentos sociais frente às ameaças sobre seus direitos. Diante da injustificada retirada da CTL/Natal e da sua extrema importância na proteção e promoção de políticas públicas junto aos povos indígenas, consideramos urgente que o governo federal e a presidência da FUNAI reconsiderem e restabeçam a coordenação local, promovendo um verdadeiro diálogo com os grupos diretamente afetados pelos decretos e resoluções administrativas.

Todo apoio à luta indígena dos povos do RN, portanto, e às resistências incansáveis dos movimentos sociais frente aos desmandos dos governos. Como reza um canto muito emblemático do movimento indígena, fica o recado: “quem não pode com a formiga/ não assanha o formigueiro.”

Natal, 05 de abril de 2017